

Credores aderem com imposições técnicas para diminuir o risco

por Sônia Jourdan
de São Paulo

"As libras nós temos, mas os dólares nós precisamos procurar." Esta frase, pronunciada ontem por alta fonte de uma representação bancária italiana no Brasil, resumiu perfeitamente o espírito de várias declarações ouvidas ontem por este jornal — de instituições espanholas e japonesas —, a respeito das dificuldades acumuladas na fase de fechamento do empréstimo "jumbo" que o País solicitou à comunidade credora internacional.

Ainda às voltas com problemas de adesões formais não contabilizadas pelo comitê assessor da dívida em Nova York, o Banco Central tenta contornar questões técnicas que poderão surgir na efetivação dos desembolsos. E que, desde que as promessas de crédito começaram a ser feitas, foram alinhavadas várias condicionantes, com destaque, entre elas, à que pode fazer do "jumbo" uma cesta de moedas e não uma soma fechada de US\$ 6,5 bilhões.

Os bancos italianos, por exemplo, atendendo a decisão da Associação Bancária Italiana, já formalizaram o pedido ao comitê as-

essor e ao BC de que sua parte seja aceita em libras. Os contatos continuam cruzando o Atlântico, revelou o representante de uma instituição italiana, acrescentando que os banqueiros ainda esperam, com estas ligações para Nova York e Brasília, convencer o comitê assessor e o Banco Central do Brasil a concordarem com o desembolso em moeda italiana. "O BC reluta em aceitar", observou a fonte, e informou que as negociações mantidas nos primeiros dias da semana deverão prosseguir hoje.

Isso envolve cerca de US\$ 80 milhões, ou 130 bilhões de libras, e, do ponto de vista dos bancos italianos, o problema é sério e não há muita escolha para o Banco Central. "O compromisso foi feito com a ressalva de que cumpriríamos a nossa parte com o equivalente em libras", repetiu outro representante italiano, para quem a questão deve ser vista dos dois lados: é natural que o tomador queira dólares, mas também são evidentes as dificuldades dos credores, que precisam diminuir o risco cambial. "Os Regionais dos Estados Unidos relutam, mas têm dólares em caixa, e com exceção dos árabes, que possuem seus petrodólares, todos os ou-

tros estão enfrentando o problema de contar com depósitos em moeda americana, apenas em linhas de curto prazo, enquanto o Brasil pede um empréstimo de longo prazo."

As explicações dadas pelos bancos japoneses e espanhóis são basicamente as mesmas, às quais as fontes consultadas ontem por este jornal somam algumas dificuldades extras. Os grandes bancos, que respondem pela maior parte da cota japonesa no "jumbo", já aderiram, e faltam apenas algumas instituições menores. Entre os que responderam e os que ainda não se pronunciaram, existe um grupo que também condiciona sua participação à possibilidade do desembolso em ienes. O representante de uma instituição que faz parte desse grupo revelou ter formalizado sua adesão dia 16 de novembro passado, sem receber até agora nenhuma observação do comitê assessor quanto à ressalva de que sua parcela no empréstimo teria de ser convertida, obrigatoriamente, em ienes.

Os bancos japoneses que estão nessa situação destacam um segundo elemento complicador: o Ministério das Finanças do Japão impõe um limite anual de ex-

pansão para os empréstimos em ienes que ainda está em estudo. Mas mesmo que as instituições conhecessem seu limite não poderiam pedir licença especial do Ministério para a exclusão dos créditos ao Brasil porque a taxa de câmbio a ser praticada na conversão da moeda japonesa pelo equivalente em dólares ainda não está estabelecida.

Quanto aos bancos espanhóis, estão entre o papel de "vilões" que lhes empresta a resistência em aderir formalmente ao "jumbo" e a necessidade de atender às determinações da Associação Espanhola de Bancos, que ainda discute alguns aspectos técnicos relativos ao empréstimo. Hoje, às 5 horas (horário de Madri), a instituição reúne os banqueiros envolvidos no processo de renegociação da dívida brasileira e poderá decidir, entre outras coisas, se abre mão da exigência de que os desembolsos de responsabilidade da comunidade credora espanhola sejam feitos através de uma "escrow account", ou seja, uma conta que bloqueia os recursos, vinculando-os à remessa, em regime prioritário, dos pagamentos de juros em atraso que o Brasil acumulou para com os bancos da Espanha.